



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO FISCAL

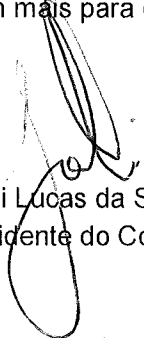
Ofício 06/CF-RPPS-SC/2015

Florianópolis, 16 de abril de 2015

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em conformidade com o que dispõe o inciso VIII do artigo 43 da Lei Complementar (estadual) nº 412/08, submeter o Parecer do Conselho Fiscal do RPPS/SC ao Conselho de Administração do RPPS/S, que vai acompanhado de uma via do Balanço Geral da Unidade Gestora/Administrativa-Iprev-SC, do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário.

Sem mais para o momento e com votos de estima e consideração.


Johni Lucas da Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Ilustríssimo Senhor
Luiz Fernando Philippi
Presidente do Conselho de Administração do RPPS/SC
Florianópolis - SC

*Recebido em
28/04/2015
Luiz F. Philippi*



**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 2014 – CF01/2015.**

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC), considerado de caráter contributivo e solidário, está organizado de acordo com a lei Complementar (estadual 412/2008) e é composto pela Unidade Gestora – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev/SC), pelos Fundos Financeiro e Previdenciário.

O IPREV é mantido na forma jurídica de autarquia, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, em relação ao Poder Executivo, vinculado à Secretaria de estado da Administração. O Fundo Financeiro é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público e aos que já os recebiam anteriormente à data da

Publicação da LC 412/08(26/06/2008), bem como, aos dependentes. Já o Fundo Previdenciário é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público a partir de 26 de junho de 2008, e aos respectivos dependentes.

No decorrer do exercício de 2014, este Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização da gestão financeira, apreciou documentos, relatórios, atividades e comparativos de receita e despesa encaminhados pelas respectivas diretorias, bem como solicitou informações e esclarecimentos sobre as contas e balancetes.

Entretanto, embora este Conselho Fiscal tenha se reunido em sessão ordinária no dia 19 de fevereiro de 2015, para análise da documentação disponível e elaboração do parecer sobre as contas e balancetes do exercício de 2014, a conclusão do mesmo parecer sobre as contas e balancetes do exercício de 2014 ficou impossibilitada em razão da ausência do Balanço Geral do IPREV e dos Fundos Previdenciário e Financeiro, situação que somente foi sanada com a sua disponibilização após a referida reunião, inexistindo assim tempo hábil para adequada análise das contas ainda no mês de fevereiro de 2015.

Diante da informação da administração do IPREV de que enviaria os Balanços ao Tribunal de Contas indicando os motivos do adiamento da emissão do Parecer deste Conselho Fiscal e, conseqüentemente da apreciação deste pelo Conselho de Administração, bem como, seguindo sugestão do próprio Conselho de Administração, no sentido de priorizar a adequada análise dos Balanços em detrimento dos prazos estabelecidos, com o envide de esforços de todos os seus Membros, apresenta-se nos termos do inciso VIII do art. 43 da LC 412/08, o presente parecer.



1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. Dotação Orçamentária

No transcorrer de 2014, as dotações orçamentárias fixadas inicialmente para o exercício sofreram variações nas unidades administrativa do IPREV e gestora do Fundo Financeiro, conforme se demonstra nos quadros seguintes.

Unidade Administrativa UG 470022 - IPREV

Grupo Natureza	1º Bim	6º Bim	Suplem/Adic.
Pessoal e Enc. Sociais	27.634.500,00	34.123.049,09	23%
Out. Desp. Correntes	14.093.490,00	17.701.536,85	26%
Investimentos	10.585.764,35	974.159,76	-91%
Total	52.313.754,35	52.798.745,70	1%

Fonte: Relatório de Controle Interno do IPREV.

Fundo Financeiro - UG 470076

Grupo Natureza	1º Bim	6º Bim	Suplem/Adic.
Pessoal e Enc. Sociais	2.733.027.928,28	3.864.913.098,65	41,42%
Out. Desp. Correntes	2.065.785,00	1.050.509,42	-49,15%
Total	2.735.093.713,28	3.865.963.608,07	41,35%

Fonte: Relatório de Controle Interno do IPREV.

Observa-se que os créditos orçamentários fixados com despesas de pessoal e encargos sociais aumentaram em ambas as unidades. Quanto às outras despesas correntes, na unidade administrativa houve aumento de 26%, enquanto no fundo financeiro, ocorreu diminuição de 49%. As dotações com investimentos existem somente na unidade administrativa, tendo sofrido redução de 91%. No geral, o aumento das despesas fixadas pela unidade administrativa foi de 1% e do Fundo Financeiro, 41%.

As dotações orçamentárias fixadas pelo Fundo Previdenciário no início do exercício não sofreram variações e estão demonstradas no quadro seguinte:

Fundo Previdenciário - UG 470075

Grupo Natureza	2014
Pessoal e Enc. Sociais	2.622.534,00
Res. Contingência RPPS	102.786.235,00
Total	105.408.769,00

Fonte: Relatório de Controle Interno do IPREV

1.2. Execução do Orçamento

Os Balanços Orçamentários das unidades gestoras que compõem o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina estão descritos no quadro seguinte. Neles constam as receitas realizadas e as despesas empenhadas.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS/DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	IPREV – Unidade Administrativa	Fundo Previdenciário	Fundo Financeiro
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES	1.582.638,49	208.209.507,30	1.417.043.293,19
Receitas de Contribuições	0,00	150.793.772,63	1.382.345.861,19
Receita Patrimonial	1.475.283,18	57.413.788,97	6.029.049,85
Receita de Serviços	771,87	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	106.583,44	1.945,70	28.668.382,15
RECEITAS DE CAPITAL	133,80	64.000,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	64.000,00	0,00
Amortização de Empréstimo	133,80	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS	1.582.772,29	208.273.507,30	1.417.043.293,19
DÉFICIT	50.317.187,41	0,00	2.401.364.434,06
TOTAL	51.513.514,29	208.273.507,30	3.818.407.727,25
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESPESAS CORRENTES	51.513.514,29	322.005,86	3.818.407.727,25
Pessoal e Encargos Sociais	34.086.115,28	322.005,86	3.817.426.387,43
Outras Despesas Correntes	17.427.399,01	0,00	981.339,82
DESPESAS DE CAPITAL	386.445,41	0,00	0,00
Investimentos	386.445,41	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	51.513.514,29	322.005,86	3.818.407.727,25
SUPERÁVIT	0,00	207.951.501,44	0,00
TOTAL	51.513.514,29	208.273.507,30	3.818.407.727,25

Fonte: Balanço anual.

O anexo 1 do Balanço Orçamentário da unidade administrativa do IPREV apresenta um demonstrativo dos restos a pagar não processados. Verificou-se que foram inscritos em despesas correntes R\$ 1.882.706,76, sendo liquidados R\$ 1.245.469,81 e cancelados R\$ 637.236,95. Assim, recomenda-se que os empenhos sejam cuidadosamente analisados antes da inscrição em restos a pagar, de modo a não comprometer o exercício seguinte, haja vista que 34% das despesas não foram realizadas.

O resultado orçamentário, considerando as despesas liquidadas, somado às transferências financeiras intragovernamentais líquidas¹, diminui o déficit e aumenta o superávit, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Itens	IPREV - Unid. Administrativa	Fundo Previdenciário	Fundo Financeiro
Res. Orçament.	(48.533.147,36)	207.959.585,72	(2.401.364.434,06)
Transf. Intra Gov.	39.589.834,09	1.040.820,02	2.405.311.425,00
Total	(8.943.313,27)	209.000.405,74	3.946.990,94

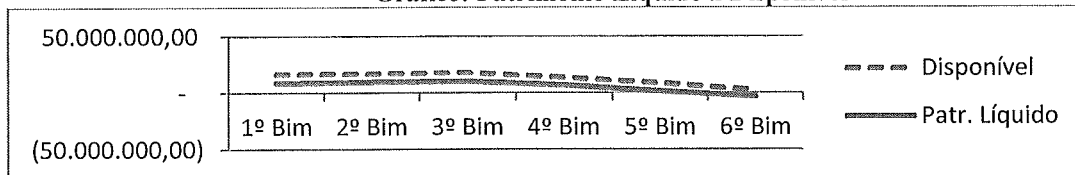
Fonte: Relatórios de Controle Interno.

¹ Receitas (VPAs) de transferências intragovernamentais recebidas, deduzidas as transferências concedidas.



Na unidade administrativa do IPREV e no Fundo Financeiro, o resultado orçamentário foi deficitário durante todo o exercício de 2014, haja vista que parte da receita fica contabilizada nas unidades arrecadoras. Essa diferença vem sendo atendida pelas transferências intragovernamentais realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, incluindo o Ministério Público e o TCE/SC. No IPREV, o saldo negativo de R\$ 8,94 milhões, foi coberto pelo superávit financeiro de 2013 (saldo bancário inicial), refletindo na queda do Patrimônio Líquido, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico: Patrimônio Líquido x Disponível



Fonte: Relatório de Controle Interno da UG do IPREV.

A execução das despesas orçamentárias, na unidade gestora IPREV, está demonstrada no quadro a seguir:

Unidade Administrativa UG 470022 - IPREV

Grupo Natureza	Dotação Orçam.	Liquidado	Execução	Média Bim.	Saldo
Pessoal e Enc. Sociais	34.123.049,09	34.086.115,28	99,89%	19,98%	0,11%
Out. Desp. Correntes	17.701.536,85	15.648.733,26	88,40%	14,73%	11,60%
Investimentos	974.159,76	381.712,69	39,18%	6,53%	60,82%
Total	52.798.745,70	50.116.561,23	94,92%	15,82%	5,08%

Fonte: Relatório de Controle Interno do IPREV

Observa-se que 99,9% da dotação orçamentária com pessoal e encargos sociais foi realizada, motivo pelo qual a dotação foi ampliada em 23%. O excedente da dotação referente a outras despesas correntes foi de 11,60%. Os investimentos previstos não foram realizados em 60,82%, mesmo tendo sido suprimidos em 91%.

O quadro seguinte demonstra a execução orçamentária do Fundo Financeiro:

Fundo Financeiro - UG 470076

Grupo Natureza	Dotação Orçam.	Liquidado	Execução	Média Bim.	Saldo
Pessoal e Enc. Sociais	3.864.913.098,65	3.817.426.387,43	98,77%	16,46%	1,23%
Out. Desp. Correntes	1.050.509,42	981.339,82	93,42%	15,57%	6,58%
Total	3.865.963.608,07	3.818.407.727,25	98,77%	16,46%	1,23%

Fonte: Relatório de Controle Interno do IPREV

Analisando-se os gastos do exercício do Fundo Financeiro, verificou-se que a dotação com pessoal foi suplementada em 41%, tendo sido realizada em 99%. A previsão orçamentária referente a outras despesas correntes teve redução de 41%, sendo executada em 93,42%. Do total de despesas fixadas ao final do exercício, restou um pequeno saldo de 1,23%.

Quanto ao Fundo Previdenciário, observou-se que foram realizadas 12% da dotação orçamentária com Pessoal e Encargos Sociais. Observa-se que essa dotação foi definida em



valor superior às necessidades do fundo, sendo a única despesa adimplida, pois não houve execução orçamentária da reserva de contingência do RPPS.

2 EXECUÇÃO PATRIMONIAL (VPA/VPD)

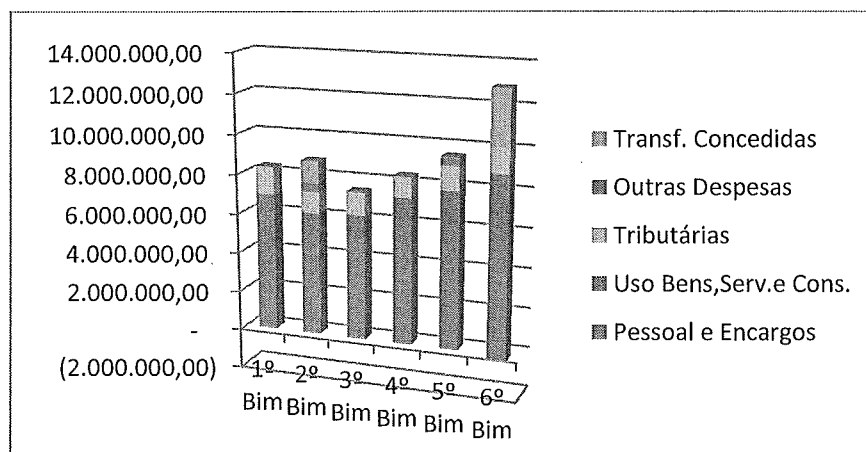
As despesas realizadas no exercício pela unidade gestora do IPREV são as seguintes:

Itens	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Pessoal e Encargos	6.024.480,95	5.314.779,29	5.187.302,07	6.310.349,68	6.262.625,34	6.979.196,53
Bens, Serv. e Cons.	930.121,98	881.500,84	1.114.530,80	1.046.031,72	1.618.078,09	1.900.371,36
Tributárias	1.375.280,57	1.082.356,10	1.121.081,57	1.030.410,67	1.212.753,71	1.243.642,86
Outras Despesas	9.175,26	426.275,46	8.723,18	12.840,12	368.441,14	-307.968,52
Transf. Concedidas	7.172,66	1.093.800,88	27.948,84	0,00	53.926,62	2.778.770,76
Total	8.346.231,42	8.798.712,57	7.459.586,46	8.399.632,19	9.515.824,90	12.594.012,99

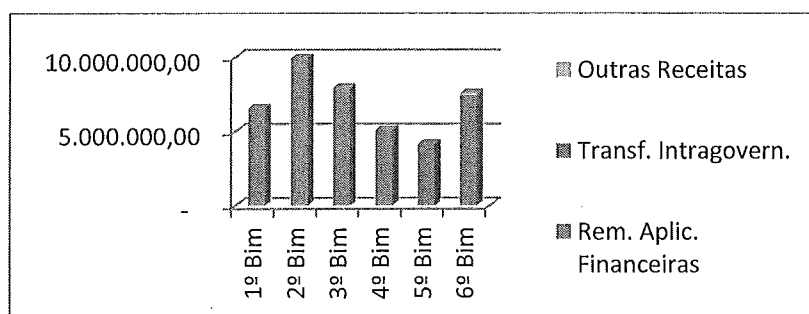
Fonte: Relatórios de Controle Interno.

Observa-se que a principal despesa, responsável por 65% dos gastos, refere-se a pessoal e encargos, seguida por bens e serviços de consumo, 14%, e Tributárias, 13%. As demais representam 8% do total.

O gráfico abaixo demonstra a evolução das despesas durante o exercício.



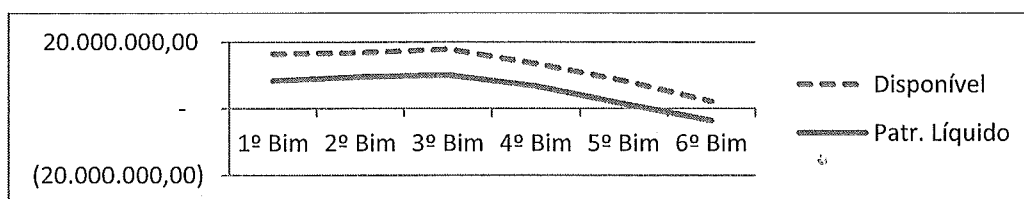
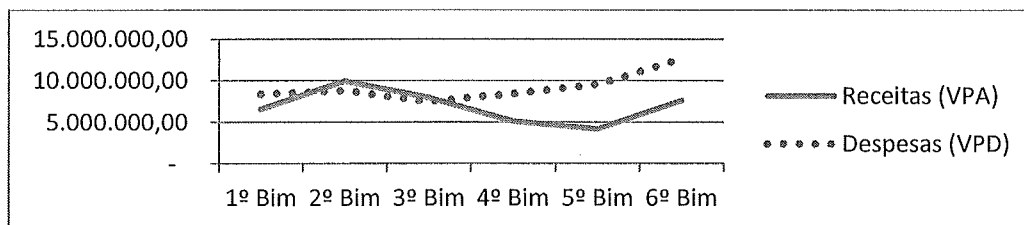
As receitas da unidade gestora do IPREV são compostas por transferências intragovernamentais, rendimentos de aplicações financeiras e outras menos relevantes, conforme se demonstra no gráfico a seguir:





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO FISCAL

Nos gráficos seguintes demonstra-se a evolução das receitas e despesas e do disponível e patrimônio líquido (PL) ao longo do período, observa-se que, no momento em que as despesas superaram as receitas (3º bimestre), o disponível e o PL começaram a declinar.



No Fundo Previdenciário, observou-se que as receitas acumuladas no exercício totalizaram R\$ 853 milhões, assim composta:

- R\$ 611,45 milhões: Reversão de Prov. Matem. Previdenciárias a Longo Prazo;
- R\$ 29,55 milhões: Reavaliação (valorização) de bens patrimoniais;
- R\$ 150,8 milhões: Contribuições previdenciárias;
- R\$ 56,06 milhões: Rendimentos de aplicações financeiras;
- R\$ 5,14 de transferências intragovernamentais e outras receitas.

As despesas desse fundo totalizaram R\$ 1,062 bilhões, com a seguinte distribuição:

- R\$ 1,045 bilhões: provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo;
- R\$ 13,290 milhões: desvalorização de bens reavaliados;
- R\$ 2,713 milhões: transferências intragovernamentais;
- R\$ 325 mil: depreciação de bens;
- R\$ 323 mil: pensões e aposentadorias.

No Fundo Financeiro, observou-se que as despesas superaram as receitas em menos de 1%. O valor líquido das Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo foi de R\$ 3,5 milhões, cujo registro ocorreu no 5º bimestre. A maior despesa do fundo é com os benefícios previdenciários (R\$ 3,8 bi). Desconsiderando a reversão de provisões matemáticas, as despesas acumuladas no exercício são as seguintes:

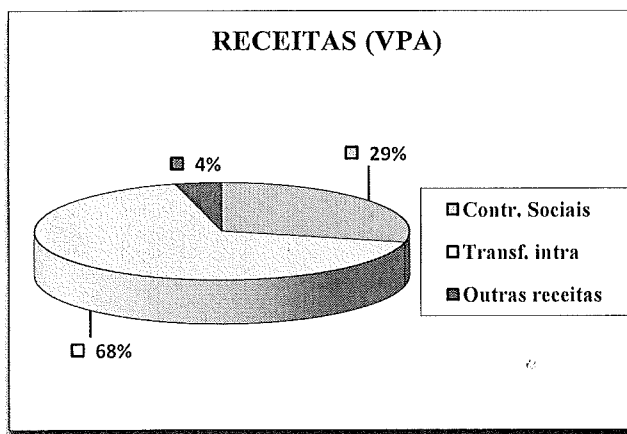
Itens	2014	Partic.
Benef. Prev. e Assist.	3.820.912.875,06	90,6%
Outras despesas	9.472.785,40	0,2%
Transf. Concedidas	386.756.271,45	9,2%
Total	4.217.141.931,91	100,0%

Nota-se que os gastos com aposentadorias, reformas e pensões compõem 90,6% do total; outras despesas, 0,2% e transferências financeiras concedidas, 9,2%.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO FISCAL

As receitas (VPA) do Fundo Financeiro, acumuladas no exercício, totalizaram R\$ 30,5 bilhões, das quais, 26,25 bilhões se referem à Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo. A receita restante, R\$ 4,3 bilhões, está demonstrada no gráfico a seguir:



3 SALDO PATRIMONIAL

3.1 Balanço Patrimonial

Foram analisados os Balanços Patrimoniais das Unidades Gestoras vinculadas ao RPPS/SC, os quais estão expostos no quadro a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	IPREV – Unidade Administrativa	Fundo Previdenciário	Fundo Financeiro
ATIVO	2.248.563,33	605.274.754,10	87.782.785,91
Ativo Circulante	2.248.563,33	495.704.551,18	44.757.921,52
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	13.147.758,41
Demais Créditos e Valores	83.291,13	0,00	0,00
Adiantamentos Concedidos	1.600,00	0,00	0,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	40.873,80	0,00	0,00
Créditos por Cessão de Pessoal	40.817,33	0,00	0,00
Investimentos e aplicações Temporárias	2.120.366,02	495.704.551,18	31.610.163,11
Aplicações em Renda Fixa	2.070,86	495.488.388,78	31.610.163,11
Aplicações da Taxa de Administração	2.118.295,16	0,00	0,00
Ações Passíveis de Alienação	0,00	216.162,40	0,00
Estoques	39.083,29	0,00	0,00
Despesas pagas Antecipadamente	5.822,89	0,00	0,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	5.822,89	0,00	0,00
Ativo Não Circulante	0,00	109.570.202,92	43.024.864,39
Ativo Realizável a LP	0,00	0,00	43.024.864,39
Crédito de Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	43.024.864,39
Investimentos	0,00	2.600,00	0,00
Imobilizado	0,00	109.564.762,92	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO FISCAL

Bens Móveis	0,00	3.214.966,64	0,00
Bens Imóveis	0,00	107.265.385,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	0,00	(915.588,72)	0,00
Intangível	0,00	2.840,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.248.563,33	605.274.754,10	87.782.785,91
PASSIVO	5.877.440,34	712.426.498,54	252.920.102,01
Passivo Circulante	498.161,58	0,00	20.405.199,12
Obrigações Trab. Prev. E Assistenciais a CP	12.897,11	0,00	19.300.594,52
Precatórios de Pessoal/Benefícios Previdenciários	12.897,11	0,00	19.300.594,52
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	34.221,82	0,00	0,00
Precatórios de Fornecedores	34.221,82	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	448.534,97	0,00	0,00
Obrigações Fiscais com a União	448.534,97	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.507,68	0,00	1.104.604,60
Passivo Não Circulante	5.379.278,76	0,00	232.514.902,89
Obrigações Trab. Prev. E Assistenciais a LP	116.074,03	0,00	173.703.081,24
Precatórios de Pessoal/Benefícios Previdenciários	116.074,03	0,00	173.703.081,24
Fornecedores e Contas a Pagar a LP	307.996,37	0,00	0,00
Precatórios de Fornecedores	307.996,37	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a LP	4.955.208,36	0,00	0,00
Obrigações Fiscais com a União	4.955.208,36	0,00	0,00
Provisões Matemáticas a LP	0,00	712.426.498,54	0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	0,00	2.676.135,59	58.811.821,65
Provisões de Benefícios a Conceder	0,00	474.487.956,64	0,00
Prov. Atuariais p/ Ajuste do Plano Previdenciário	0,00	235.262.406,31	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(3.628.877,01)	(107.151.744,44)	(165.137.316,10)
Patrimônio Social	(3.628.877,01)	(107.151.744,44)	(165.137.316,10)
Déficits Acumulados	(19.808.821,23)	(183.544.373,39)	(3.449.771.841,79)
Déficits do Exercício	(35.535.654,47)	(285.290.756,61)	(3.275.241.262,96)
Superávits/Déficits de Exercícios Anteriores	15.726.833,24	101.746.383,22	(174.530.578,83)
Superávit Intra – Estado	30.158.177,69	76.392.628,95	3.223.583.269,45
Déficits/Superávits Acumulados – União	(13.939.411,76)	0,00	60.703.873,37
Déficits/Superávits Acumulados – Municípios	(38.821,71)	0,00	347.382,87

Fonte: Balanço anual.

Verificou-se que a liquidez da unidade administrativa do IPREV a curto prazo diminuiu, mas, ainda há recursos excedentes, pois para cada R\$ 1,00 de obrigações, há R\$ 4,26 de recursos financeiros (saldo bancário). No entanto, a longo prazo, deixou de ser favorável. Para cada R\$ 1,00 de obrigações, a unidade dispõe de R\$ 0,38 em recursos. No 5º bimestre, havia um saldo de R\$ 7,1 milhões, suficientes para liquidar todas as dívidas, dentre as quais, R\$ 5,35 milhões de obrigações fiscais e R\$ 295,7 mil, de fornecedores (ações judiciais), ambas classificadas como de longo prazo.

Observou-se que, no 5º bimestre, o patrimônio líquido sofreu uma redução de R\$ 5,35 milhões e no 6º bimestre, R\$ 5,00 milhões. A contrapartida ocorreu no saldo das contas do disponível (saldo bancário), que no início do exercício era de R\$ 16 milhões e no final, R\$ 2 milhões.



Verificou-se, ainda, que as despesas com serviços de Tecnologia da Informação acumuladas importaram em R\$ 1,2 milhões. No entanto, não há qualquer registro no intangível (Ativo Não Circulante) acerca do desenvolvimento ou aquisição de softwares.

Referente ao Fundo Previdenciário, o Patrimônio total apresentado no Balanço é de R\$ 605 milhões, dos quais 82% estão em aplicações temporárias de curto prazo (circulante) e 18%, em bens móveis, imóveis e intangíveis.

Do total das origens de recursos (Passivo e Patrimônio Líquido – R\$ 605 milhões), as provisões ao longo prazo totalizam R\$ 712,43 milhões, gerando um patrimônio líquido negativo de R\$ 107,15 milhões. Ressalta-se que as provisões correspondem ao saldo atuarial das parcelas até então depositadas para composição dos benefícios dos servidores vinculados a esse fundo. Observa-se que, no 4º bimestre, as provisões a longo prazo eram de R\$ 278,6 milhões e o Patrimônio Líquido era positivo em R\$ 218,1 milhões.

No Fundo Financeiro, o saldo aplicado ao final do exercício era de R\$ 31,6 milhões. No 6º bimestre, a redução dos recursos financeiros de R\$ 34,6 milhões foi destinada ao pagamento de Sentenças Judiciais. De modo geral, a capacidade de pagamento desse fundo não é favorável, não tendo condições de saldar 65% das obrigações. Os ativos totais somam R\$ 88 milhões, enquanto as obrigações, R\$ 253 milhões. Por isso, o PL apresenta saldo negativo de R\$ 165 milhões. Esse saldo, no 5º bimestre era de R\$ 269 milhões. A redução de R\$ 104 milhões ocorreu em virtude da diminuição de obrigações trabalhistas e previdenciárias em curto (R\$ 83 mi) e longo prazos.

3.2 Provisões Matemáticas a Longo Prazo

3.2.1 Fundo Previdenciário

Foram contabilizadas Provisões Matemáticas a Longo Prazo no Fundo Previdenciário. No entanto, não há registro em notas explicativas acerca da metodologia utilizada para o seu cálculo. Por oportuno, cabe destacar que no início do exercício, o Patrimônio Líquido era positivo em R\$ 101,7 milhões e, após a constituição das provisões, tornou-se negativo em R\$ 107,15 milhões.

Registra-se que foram constituídas, nesse fundo, três provisões: Atuarial para Ajuste do Plano Previdenciário, R\$ 235,3 milhões; de Benefícios a conceder, R\$ 474,5 milhões; e de Benefícios Concedidos, R\$ 2,7 milhões; enquanto no Fundo Financeiro, somente a provisão sobre benefícios concedidos, R\$ 58,8 milhões. Ressalta-se, ainda, que no Parecer emitido por este Conselho Fiscal referente ao exercício de 2013, foram apontadas divergências entre os valores registrados contabilmente e os valores constantes em relatórios de gestão.

Anexo ao Balanço Anual consta a Nota Técnica nº 2626/14, elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA nº 494. No entanto, observa-se que as tabelas com dados dos contribuintes e beneficiários não apresentam a origem/fonte e onde estão disponibilizados, haja vista que não acompanham o relatório. Também há o uso de siglas sem a descrição do seu significado, conforme determina a ABNT.

As tabelas 1 a 7 do mencionado relatório apresentam Resumos do quadro funcional de cada Poder relacionados, nos quais são apresentados números de funcionários, segregados por sexo, médias salariais e etárias, valor das folhas de pagamento mensal e percentual. Ocorre que, em se tratando do Fundo Previdenciário, a base não pode ser o valor bruto da Folha de Pagamento, mas o valor base da contribuição previdenciária, pois os benefícios são calculados pela média das contribuições. Essa informação não restou caracterizada.



A tabela 15 do mesmo relatório apresenta a Evolução do Plano de Custeio Normal, onde informa para 2014, 11.203 servidores ativos, chegando em 2026, com 33.644 servidores. Contudo, não há informações da origem desses dados e como foram calculados. O conhecimento dessas variáveis é fundamental, haja vista que o relatório afirma que, até 2026, será necessário aumentar as contribuições, de 22% para 25,01%, apontando um aumento de 1,35 pontos percentuais já em 2015. No entanto, o resultado projetado é de superávit (tabela 18).

A tabela 17 (p. 18) informa que o Custo dos Benefícios a Conceder totaliza R\$ 7.026.384.831,64 e o Custo Futuro dos Benefícios Concedidos é de R\$ 2.678.009,05, sendo o Custo Total R\$ 7.029.062.840,69.

A tabela 18 (p. 19) demonstra a Apuração do Resultado, onde consta que, para cobrir o Custo Total, estão previstas as seguintes arrecadações:

Discriminação	Valores 2013	% VASF 2013
Compensação Previdenciária	25.722.837,10	0,08%
Contribuição de inativos	344.449.545,36	1,11%
Contribuição de Ativos	3.418.472.115,09	11,00%
Contribuição Patronal	3.107.701.922,81	10,00%
Patrimônio	367.978.826,63	1,18%
Arrecadação Prevista	7.264.325.246,99	23,37%
Custo Total	7.029.062.840,69	22,62
Superávit Atuarial	235.262.406,31	0,76

Fonte: Nota Técnica nº 2626/14

Portanto, verifica-se que a previsão é de que a arrecadação² deverá superar os gastos em R\$ 235.262.406,31, não havendo parâmetros para o registro de provisões (obrigações). Do mesmo modo, no exercício anterior, o superávit era de R\$ 484.055.901,94. No entanto, o saldo contábil com provisões matemáticas, em 31/12/2013, era de R\$ 278.603.817,69. Portanto, salvo melhor juízo, **tendo como base o mencionado relatório de cálculo atuarial, nenhum registro com provisão deveria existir no Balanço Patrimonial do Fundo Previdenciário.** Contudo, o Balanço Patrimonial apresenta na conta Provisões Matemáticas a Longo Prazo, o valor de R\$ 712.426.498,54. **Esse saldo distorce o resultado, tornando o patrimônio Líquido negativo em R\$ 107.151.744,44, quando deveria ser positivo em R\$ 605.274.754,10.**

3.2.2 Fundo Financeiro

Foram contabilizadas Provisões Matemáticas a Longo Prazo no Fundo Financeiro, na conta Provisões de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 58.811.821,65. Entretanto, o déficit atuarial aponta o valor de R\$ 153.981.197.273,20. Ressalta-se que a Arrecadação Prevista é R\$ 11,45 bilhões, a qual foi acrescida de R\$ 1,67 bilhão sob a alegação de atualização a valor presente. **Porém, o cálculo e a justificativa dessa atualização não estão expressos no relatório. Além disso, a arrecadação prevista para o Fundo Previdenciário não sofreu essa atualização.**

² A alíquota de contribuição patronal é 11%, porém, o cálculo está projetado com 10%.



O quadro abaixo apresenta os valores extraídos da referida tabela:

ITEM	VALORES 2013
Custo Total	167.098.066.992,54
COMPREV	1.670.980.669,93
Contribuições Inativos	2.070.154.103,92
Contribuições Ativos	3.202.692.323,82
Contr. Fund. Est.	6.114.230.800,02
Patrimônio	58.811.821,65
Arrecadação Prevista	11.445.889.049,41
Atual. Valor Presente	1.670.980.669,93
Valor Presente Arrecadação Prevista	13.116.869.719,34
Déficit Atuarial	153.981.197.273,20

Fonte: Nota Técnica nº 2626/14

Portanto, o saldo da conta Provisões de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 58.811.821,65 não tem como base os cálculos apresentados. Destaca-se que o Custo dos Benefícios Concedidos, apresentado na tabela 34, importa em R\$ 72.155.034.116,23. **Se considerarmos o valor da arrecadação prevista somente com os inativos, R\$ 2.070.154.103,92, a Provisão a esse título seria de R\$ 70.084.880.012,31 e não R\$ 58.811.821,65, que é o valor previsto de arrecadação patrimonial. Assim, o saldo da conta Provisões de Benefícios a Conceder seria de R\$ 83.896.317.260,89.**

4 CONCLUSÃO

No Balanço anual, não há informações acerca da política de investimentos adotada no exercício de 2014, bem como das taxas dos rendimentos obtidos, sendo imprescindíveis para a análise das movimentações realizadas no mercado financeiro pelos gestores dos Fundos.

Observa-se que, apesar das determinações legais, não há registro da depreciação de bens imóveis no Balanço Patrimonial do Fundo Previdenciário, somente de Bens Móveis, não constando justificativa no Balanço Anual.

No Fundo Previdenciário, foi registrada Desvalorização e Perda de Ativos no valor total de R\$ 13,3 milhões, referentes à redução a valor recuperável de participações permanentes, R\$ 8,9 milhões; ajuste para perdas em investimentos e aplicações temporárias, R\$ 4,4 milhões; perdas com alienação de bens, R\$ 8,6 mil. Também foram contabilizados ganhos com reavaliação de bens imóveis, R\$ 29,3 milhões; bens móveis, R\$ 209,7 mil e ganhos com alienação de bens móveis, R\$ 59,7 mil. Para esses registros, é necessário constar em notas explicativas a metodologia empregada, informações acerca do laudo de avaliação, entre outras, bem como os motivos que ensejaram as perdas com investimentos, além de apontar especificamente tais bens.

Nos Balanços Patrimoniais, há saldos de Superávits/Déficits vinculados ao Estado de Santa Catarina, à União e a Municípios. Porém, do mesmo modo, não constam notas explicativas com informações mais específicas da origem desses valores. Essas notas devem

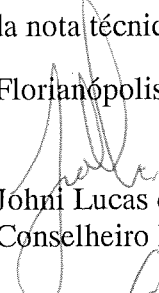



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO FISCAL

compor as demonstrações contábeis e são fundamentais e necessárias para clarificar os registros orçamentários, financeiros e patrimoniais.


Quanto às Provisões Matemáticas, é necessário rever os registros realizados, em ambos os Fundos, e apresentar notas explicativas, com base na Nota Técnica nº 2626/14. No Fundo Previdenciário, os lançamentos das provisões tornaram o Patrimônio Líquido negativo em R\$ 107,15 milhões e as provisões constituídas nesse fundo são para Ajuste do Plano Previdenciário, de Benefícios a conceder e de Benefícios Concedidos, no total de R\$ 712,4 milhões. Contudo, o mencionado relatório de cálculo atuarial apresenta superávit. A previsão é que a arrecadação supere os gastos em R\$ 235,26 milhões, não havendo parâmetros para o registro de provisões (obrigações). No Fundo Financeiro, consta o registro de provisão sobre benefícios concedidos, no valor de R\$ 58,8 milhões. No entanto, o Déficit atuarial apontado na referida nota técnica é de R\$ 153,98 bilhões.

Florianópolis, 16 de abril de 2015.


John Lucas da Silva
Conselheiro Presidente


Ângela Regina dos Santos Eickhoff
Conselheira Secretária


Carlos Alberto Civinski
Conselheiro


Marcos Felipe
Conselheiro


Lonita Catarina Aiolfi
Conselheira


Reinhard Richter
Conselheiro